

## **Desenvolver: crescer e repartir**

**Arouca, 22 Abril 2017**

Dirijo as minhas primeiras palavras à *Associação Círculo de Cultura e Democracia* que promove esta conferência.

Não é demais salientar o alcance de espaços como este em que os cidadãos com algum vínculo de pertença a uma dada comunidade territorial tomam tempo para reflectirem em conjunto sobre a vida colectiva do seu território: o seu passado, o seu presente e o seu futuro.

A meu ver, é da maior relevância que este tipo de conversas ocorra, com frequência, no espaço público da vida de proximidade. Felicito, pois, os organizadores destas conferências por mais esta iniciativa.

Vi, através do site, que já realizaram mais de uma dezena de actividades similares, sobre temas variados, todos eles de indiscutível alcance. É, pois, para mim, uma honra estar aqui hoje a participar na caminhada que vem sendo percorrida.

Agradeço o convite e vou procurar corresponder-lhe, desdobrando o tema proposto nos seguintes tópicos:

- De que falamos quando falamos de **desenvolver: crescer e repartir**?
- Que mudanças, umas já em curso e outras em prospectiva, vão marcar o nosso futuro?
- Que lugar para um desenvolvimento humano e sustentável?

### **1. De que falamos quando falamos de desenvolver: crescer e repartir?**

Começo pelo conceito de desenvolvimento.

A palavra “desenvolvimento” entrou na linguagem corrente com sentidos diferentes e por isso presta-se a ambiguidades. Precisamos de saber de que falamos quando nos referimos ao desenvolvimento e tomamos o desenvolvimento como um objectivo nucleador de iniciativas, estratégias e políticas nacionais, regionais ou locais, públicas ou de iniciativa privada.

Início esta reflexão com a desmontagem de alguns preconceitos e mitos.

#### **Desenvolvimento não é o mesmo que crescimento.**

Pode existir mais crescimento numa dada economia e aquele coexistir, por exemplo, com maior pobreza entre a população residente, desigualdades agravadas na repartição da riqueza e do rendimento, maior intensidade de esforço no trabalho e piores condições laborais e baixas remunerações, delapidação de recursos naturais não renováveis, degradação ambiental, formação de gigantescas concentrações urbanas desprovidas de condições básicas de vida para as populações que nelas residem, etc. Estas situações não são meras hipóteses especulativas. Existe hoje abundante evidência empírica que não devemos ignorar e que demonstram que podemos ver a economia a crescer mas esse crescimento ser acompanhado com perda de qualidade de vida pessoal de boa parte dos cidadãos e de bem-estar colectivo.

Esta distinção tem implicações muito importantes para entendermos, criticamente, a informação que nos chega quando os decisores políticos ou a comunicação social afirmam, sem rodeios, que é preciso fomentar o crescimento da nossa economia sem acrescentar qualquer qualificação.

Para nos entendermos acerca do que estamos a falar, quando defendemos o crescimento económico, convém acrescentar a esta afirmação três perguntas: Crescimento como? Crescimento para quê? Crescimento para quem?

Só dispondo de respostas claras e justas a estas interrogações poderemos avaliar a bondade do propósito do dito crescimento económico.

### **O desenvolvimento não pode ser traduzido pelo PIB**

Relacionado com a necessária distinção entre crescimento e desenvolvimento, importa alertar também para outro equívoco muito frequente: o desenvolvimento não pode ser traduzido pelo indicador conhecido pela sigla PIB (Produto Interno Bruto), que é o indicador usual das estatísticas convencionais e está popularizado pela comunicação social, graças à aparente singeleza desta medida – conjunto de bens e serviços produzidos num certo período de tempo, expresso numa dada moeda.

Com efeito, pela sua natureza, o PIB não reflecte nem o tipo de bens e serviços contabilizados (produção de pão, de gadgets ou de armas letais), nem os impactos ambientais decorrentes do modo de produção e, também, nada nos diz acerca das repercussões nas desigualdades sociais do modo como se reparte o aumento de bens e serviços alcançado na economia e os respectivos custos se repartem pelos diferentes estratos sociais.

### **Desenvolvimento humano, sustentável, integrado**

Reconhecendo estas limitações, as instâncias internacionais, ONU, Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho, OCDE, etc. têm feito esforços para chegar a um conceito consensualizado e suficientemente robusto acerca do desenvolvimento, diferenciando-o do mero crescimento económico e adjectivando-o de humano, sustentável, integrado.

Os sucessivos aperfeiçoamentos deste conceito de desenvolvimento permitiram dar conta de dimensões importantes do desenvolvimento, como sejam a evolução da esperança média de vida e de outros indicadores de saúde, da igualdade de oportunidades no acesso à educação, a disponibilidade de bens básicos como a habitação e o seu grau de equipamento e conforto, a acessibilidade em matéria de transportes e de meios de comunicação, a segurança física, a protecção social das pessoas em risco de pobreza e de exclusão social, etc.

Entre vários contributos no âmbito do aprofundamento do conceito de desenvolvimento, a meu ver, merece destaque, pela sua originalidade, o de Amartya Sen, contemplado com o designado prémio Nobel da economia, em 1998.

Para este distinto professor da London School of Economics, o conceito de desenvolvimento humano deve integrar a consideração além de variáveis económicas, variáveis de natureza política, social, cultural e ambiental e, designadamente, a capacitação das pessoas para terem mais liberdade para cuidar de si mesmas, para influenciarem as sociedades a que pertencem e para participarem na construção do seu próprio desenvolvimento. Vale a pena

mentonar o seu livro publicado em 1999, *Development as Freedom*, editado pela Gradiva em português, em 2003, com o título *O desenvolvimento como liberdade*.

Retomo a minha preocupação de clarificação do conceito de desenvolvimento.

Em síntese podemos dizer que, hoje, ao falarmos do desenvolvimento que almejamos devemos ter em mente cinco vectores principais:

- O *desenvolvimento das próprias pessoas*, que tem de traduzir-se em melhoria das suas oportunidades, capacidades, potencialidades e liberdade de fazer escolhas.
- O *desenvolvimento para as pessoas*, de modo a garantir que os frutos do desenvolvimento sejam apropriados equitativamente por todos os estratos de população e pelos diferentes territórios, de modo a reforçar a coesão social e territorial e a sustentabilidade da democracia.
- O desenvolvimento *pelas pessoas* ou seja acompanhado com o reforço do poder das pessoas e das comunidades na definição dos objectivos a atingir e suas respectivas prioridades, bem como na escolha dos processos, assumindo-se, simultaneamente, como sujeitos e como beneficiários.
- O desenvolvimento das comunidades traduzido por índices de bem-estar social colectivo.
- O desenvolvimento do ambiente na dupla dimensão de qualidade do ambiente físico (poluição da atmosfera, terra, rios e mares, aquecimento climático, perda de diversidade de espécies, exaustão de recursos não renováveis, etc.) e de coesão social. (O Papa Francisco, na sua encíclica sobre o cuidado da *casa comum (Laudato Si')* alarga – e bem - a noção de sustentabilidade, falando de ecologia integral para aliar, indissociavelmente, a dimensão da sustentabilidade física à dimensão da sustentabilidade social e o que esta comporta, designadamente no que se refere à solidariedade entre as gerações presentes e futuras, à coesão social e à paz).

Depois de reflectir sobre o conceito de desenvolvimento e de ter procurado desmontar a confusão corrente entre desenvolvimento e crescimento, temos que regressar ao tema desta conferência e prosseguir com a desmontagem de uma outra falsa verdade: a de que a desigualdade é uma fatalidade do crescimento económico, num dupla vertente: porque é sua consequência inevitável, mas também porque constitui um factor desejável como incentivador do próprio crescimento económico.

### **A desigualdade não é uma fatalidade do crescimento económico**

É corrente o preconceito de que a desigualdade é um fenómeno natural que está associado à necessidade sentida pelas sociedades humanas de premiar os mais capazes e de alimentar a economia com estímulos de ordem material.

Sem refutar inteiramente o valor da retribuição do mérito individual, importa, todavia, assinalar que nem sempre é o mérito individual que está na base do enriquecimento pessoal, pois, em muitos casos, esse enriquecimento pouco ou nada deve a capacidades de empreendedorismo e inovação ao serviço da comunidade, mas resulta, de especulação ou de situações de rentismo toleradas pelas sociedades e os poderes públicos que delas emergem.

Por outro lado, não podemos deixar de salientar que há limites para a desigualdade que não devem ser excedidos, não só por razões económicas, mas também por razões éticas e políticas.

**Por razões económicas**, pois, ao contrário do que, por vezes, se afirma e propala, a desigualdade na repartição do rendimento prejudica, seriamente, o potencial desenvolvimento económico de um país ou região, uma vez que afecta a procura, tanto de bens de consumo como de investimento, prejudicando a produção de bens e serviços para o mercado interno e desviando o potencial investimento produtivo para a especulação financeira e a exportação de capitais.

**Por razões éticas**, que remetem para o fundamento da dignidade da pessoa humana; para o reconhecimento universal dos direitos humanos, incluindo os direitos sociais e económicos; para a prioridade do destino universal dos bens sobre o direito à propriedade privada; para o imperativo da satisfação das necessidades básicas de todas as pessoas; para a solidariedade entre os humanos; para a necessidade de assegurar a sustentabilidade ambiental e a justiça intergeracional.

**Por razões políticas**, que decorrem de vínculos constitucionais e de contratos sociais nos quais se estabelecem princípios e normas de salvaguarda da igualdade de oportunidades, universalidade de acesso a bens públicos, designadamente educação, saúde, justiça, segurança e protecção social. O desrespeito e o incumprimento destes compromissos constitucionais constituem uma séria ameaça à coesão social e põem em risco a democracia, nomeadamente quando a desigualdade resulta em captura do poder político pelo poder económico e financeiro.

A desigualdade tem também consequências na mobilidade social, na valorização e qualificação dos recursos humanos, no nível de saúde das populações, na cultura e na capacitação dos cidadãos em matéria de inovação e adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas e das administrações, impactos estes que são relevantes para o modelo, o ritmo e a sustentabilidade do desenvolvimento económico.

Tão pouco podemos ignorar que a existência de grandes desigualdades e no limite a incidência e severidade da pobreza e a exclusão social a elas associadas obrigam a absorver recursos financeiros do Estado, obstando a que estes assegurem, adequadamente, as infra-estruturas de base bem como os demais direitos fundamentais dos cidadãos.

Em síntese, direi que **crescer e repartir devem ser duas faces da mesma moldura de um desenvolvimento que se deseja humano, integral e sustentável.**

Passarei agora à segunda parte desta comunicação que consiste em reflectir sobre alguns aspectos de uma estratégia de desenvolvimento. Isso obriga a ter presente alguma ideia acerca das mudanças que vão caracterizar o futuro.

## **2. Que mudanças vão marcar o nosso futuro?**

Se queremos pensar o desenvolvimento, temos de começar por identificar os factores de mudança, algumas já estão em curso e outras perfilam-se num horizonte próximo, ou seja de 5 ou 10 anos, com diferentes graus de incerteza.

Estas mudanças processam-se hoje a um ritmo veloz e com desfechos imprevisíveis, o que torna muito complexa a tarefa de definição de estratégias de desenvolvimento e induz uma compreensível inércia no seu empreendimento. Contudo, o pior risco a enfrentar é o de que

o medo da mudança e a ignorância acerca dos seus efeitos nos paralise e gere um sentimento colectivo de desistência face à construção do futuro, uma espécie de resignação diante de uma aparente inevitabilidade e, concomitantemente, uma atitude irresponsável de *carpe diem* (gozemos o presente!)

Vou concretizar com alguns exemplos com maior potencial de influenciar o nosso futuro colectivo.

### **A revolução tecnológica e digital**

A inovação tecnológica não é um fenómeno novo, tem-se processado ao longo de toda a história da Humanidade e o seu começo pode fazer-se remontar à descoberta da roda ou à descoberta do fogo pela fricção de duas pedras.

Contudo, nas últimas décadas, a evolução da ciência e da tecnologia atingiu uma tal abrangência, complexidade e aceleração, que justifica a ideia de que está em curso uma nova revolução industrial, com consequências dramáticas para a vida das pessoas, a economia e a organização sociopolítica.

Concretizando...

Os progressos já registados na robótica permitem alterações profundas no modo de produção em várias áreas: na agricultura, na indústria e nos serviços. Há robôs que, já hoje, substituem, quase por completo, o trabalho humano em domínios tão diversos como sistemas de plantação, de colheita e de rega na agricultura, na produção industrial de roupa e calçado como na produção de automóveis ou máquinas-ferramentas, na armazenagem e distribuição de produtos vários, na medicina cirúrgica, no sector bancário, na restauração ou em outros serviços, incluindo serviços de companhia e cuidado.

Por outro lado, o avanço já registado na digitalização e na acumulação de dados (Big data) vai permitir incorporar nos robôs inteligência artificial ou seja produzir robôs criativos, capazes de enfrentar imprevistos e encontrar para eles as melhores respostas, com velocidade incomparavelmente superior à inteligência humana.

Por outro lado, os humanos vão, no futuro, poder ampliar enormemente as suas capacidades de conhecer, de sentir e de agir através da incorporação de inteligência artificial no próprio corpo. Um pequeno chip incrustado na pele pode conter informação sobre identidade, condições de saúde e outras. Pode também servir para fins de controlo de assiduidade ou de segurança... Imaginem-se as consequências!

Não quero assustar ninguém, mas isto não é pura ficção científica. Já existe!

Entre outras consequências, queria destacar uma: já são notórios os efeitos da robótica e da digitalização no que se refere à redução da procura de trabalho humano. Veja-se o que já está a acontecer, actualmente, com a eliminação de pessoal em todo o sector da banca. O mesmo se irá passar no sector do comércio e da distribuição em consequência da intensificação das transacções *on line* e, futuramente, com as entregas a domicílio realizadas por drones.

Por todas estas razões, é de prever o desaparecimento de milhões de postos de trabalho, num futuro não muito distante. Dir-se-á que surgirão novos empregos e profissões que ainda hoje não conhecemos, o que é, certamente verdade. Mas, como se fará a transição?

Estarão os cidadãos e as sociedades preparados para responder adequadamente a estes desafios? Por exemplo, com programas de requalificação dos trabalhadores para novas

tarefas? Com programas de educação que preparem as novas gerações para tarefas que ainda se desconhecem? Com novas regras de tributação que incidam sobre o valor acrescentado pela robotização e pela digitalização e permitam constituir novas fontes para arrecadar as receitas necessárias para assegurar as funções do Estado que hoje consideramos essenciais, a educação, a saúde, a segurança, a defesa, a protecção social? Tem cabimento pensar em alterações de fundo em matéria de repartição de trabalho remunerado ao longo da vida, ou de redução significativa de horários de trabalho diário, semanal ou anual? Que lugar e reconhecimento para o trabalho de voluntariado ou a prestação de cuidados no âmbito familiar?

A estes vectores de mudança pela via da revolução tecnológica em curso, teremos, forçosamente, de acrescentar outros que não podemos agora aprofundar, mas que vale a pena ter presente nesta reflexão.

Enuncio por memória os seguintes, a que podemos voltar no debate:

- **a crescente internacionalização e globalização da economia**, obrigando a regras, procedimentos e modos de produção que garantam níveis de competitividade aceitáveis, sob pena de não serem viáveis;
- **o envelhecimento da população**, por efeito conjugado da maior longevidade já alcançada e da baixa natalidade e consequente impacto na gama de necessidades a satisfazer, nos sistemas de pensões, na organização e repartição do trabalho e do emprego;
- **o crescente domínio da finança sobre a economia e sobre a vida das pessoas e das sociedades** e eventuais riscos de repetidas crises nos mercados financeiros;
- **a amplitude de fenómenos migratórios** de populações originárias de diferentes geografias culturais, com tendência a agravar-se se não se puser fim aos conflitos armados, ao terrorismo e à extrema pobreza que continua a grassar em vastos territórios.
- **os riscos de alteração climática** e demais efeitos de desequilíbrios ecológicos.
- **a comunicação social e as redes sociais** e seus impactos no acesso ao conhecimento, na interacção entre pessoas e grupos, no modo de criação de cultura e de consensualização de valores, com consequências para a subalternização do papel da família, da escola, do estado-nação.
- **a invasão da biométrica**, com consequências para o reforço da vigilância por parte de certos poderes sobre a conduta dos cidadãos.
- **as ameaças à paz mundial**.

Estes são apenas alguns exemplos da mudança radical que está em curso, à nossa porta e no planeta Terra, a nossa *casa comum*, para mostrar como é importante a conversa pública sobre estas temáticas afim de que possam surgir, atempadamente, respostas adequadas para enfrentar, de modo positivo, as potencialidades da mudança bem como os seus riscos.

A este propósito, o grande desafio é que estas mudanças profundas e aceleradas ocorrem num tempo caracterizado por um grande défice de valores, um tempo de *modernidade líquida*, para a qual alertava o sociólogo Zygmunt Bauman na véspera do século XXI. E, num vazio de valores, perdemos a bússola para planear o futuro, o nosso futuro individual e familiar, mas também o das nossas comunidades territoriais, países e mundo.

As várias crises com as instabilidades que as caracterizam sucedem-se. Dir-se-á, com razão, que a incerteza é a única certeza que temos. Ainda assim, é com esta convicção que ousou passar ao terceiro e último tópico desta conferência.

### **3. Que lugar para um desenvolvimento humano e sustentável?**

À luz da Constituição da República Portuguesa, o desenvolvimento é uma tarefa indeclinável do Estado, mas não se circunscreve à responsabilidade dos governos e demais poderes públicos. Também as famílias, as organizações da sociedade civil e, inclusive, as comunidades religiosas não podem descurar a sua participação na construção de um desenvolvimento humano, integral e sustentável.

Nos últimos anos vivemos em clima de crise financeira e de políticas de austeridade, num registo de navegação à vista, sob o manto da sua inevitabilidade. Embora se venha repetindo, em cada ano, o exercício formal da elaboração das Grandes orientações do plano, como, aliás, prescreve a CRP, os competentes órgãos de decisão política não têm dedicado a devida atenção ao desenvolvimento de médio e longo prazo. Parece existir a este propósito uma certa “fadiga democrática”, aliás suportada pelos próprios cidadãos, que olham para os políticos com suspeição e desrespeito e deles não esperam, nem exigem, a definição de projectos de futuro.

Admito que, presentemente, o clima político é mais propenso a que se tome tempo para preparar o futuro e perspectivar um desenvolvimento integral, humano e sustentável, que acomode devidamente a economia nacional à 4ª revolução tecnológica e dela retire o maior proveito possível, que dê prioridade à satisfação das necessidades e aspirações das pessoas e dos seus territórios, designadamente no que se refere ao trabalho, à saúde, à educação, à segurança; que cuide do conhecimento e da cultura da população dos diferentes estratos etários e sociais; que mobilize recursos existentes e potenciais desaproveitados na prossecução de bem comum, que acautele a sustentabilidade.

A meu ver, há que aproveitar a actual situação para construir e consensualizar uma estratégia de desenvolvimento, com objectivos e prioridades bem definidos, que assente na valorização dos recursos potenciais endógenos e o seu emprego ao serviço da qualidade de vida das pessoas e da satisfação das suas necessidades básicas, na aposta de um crescimento económico baseado no conhecimento e nas novas tecnologias, na salvaguarda da sustentabilidade ambiental e na promoção da coesão social, com o que esta supõe de repartição justa de riqueza e rendimento.

E, não porque falte matéria a ponderar, mas porque a conversa já vai longa, fico por aqui, agradecendo a paciência da escuta.

22 Abril 2017

Manuela Silva